

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N^º , DE 2010
(Do Sr. Dr. Rosinha)

Solicita ao Sr. Ministro de Estado da Justiça informações a respeito dos recursos destinados ao Estado do Paraná para a área de Segurança Pública, no período de 1998 a 2010.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça.

1. Quantos milhões de reais o Ministério da Justiça aprovou e repassou para projetos na área de segurança pública ao governo do Paraná e aos municípios paranaenses de 1998 a 2010?

2. Do total de projetos aprovados quais foram executados no prazo?

3. Do total de projetos quais não foram executados no prazo e em não sendo executados no prazo (prorrogação autorizada) quando começaram a ser executados?

4. Quantos projetos no mesmo período de 1998 a 2010 não foram executados e tiveram os recursos devolvidos ao Ministério?

5. Somados, quanto o Paraná devolveu ao Ministério da Justiça no período?

6. Sabemos que uma das principais linhas de atuação do Pronasci é o investimento na área de prevenção. Nos casos em que os projetos de prevenção não são executados, que sanções o Estado que não executou recebe?

7. Em caso de não execução de projetos aprovados pelo Ministério da Justiça e a consequente devolução dos recursos, o Estado passa a não receber mais aquele recurso? E, além de não receber mais aquele recurso, existe multa ou outro tipo de sanção por devolver recursos federais junto ao Ministério da Justiça?

8. Quais os nomes dos técnicos da SESP responsáveis pela apresentação e gestão dos projetos de segurança no período solicitado?

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal estabeleceu como uma das suas principais prioridades a área de Segurança Pública. O Ministério da Justiça ampliou os recursos para esta área e estabeleceu novos paradigmas. Agora todos os estados precisam ter projetos na área de prevenção à violência. Criou-se o Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania com base nessa nova filosofia.

Várias organizações da sociedade civil que compõem o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná têm cobrado do Governo Estadual mais recursos na área de segurança, principalmente projetos na área de prevenção. A resposta que se obtém do Governo Estadual é que o Ministério da Justiça vem cortando recursos ano após ano. No entanto, outros estados da Federação não têm este problema. A informação que estas organizações obtiveram de maneira não oficial é que o Paraná vem recebendo menos recursos porque sequer executa os projetos aprovados, tendo, ano após ano, devolvido recursos e com isso sendo penalizado com a diminuição de recursos e multas, conforme o que determina a Lei.

Em junho do corrente protocolamos junto à Mesa Requerimento de Informação com escopo semelhante, mas abrangendo um período de tempo de apenas três anos, no que fomos atendidos.

No entanto necessitamos de informações mais abrangentes para entender o que está acontecendo na área de segurança pública do Paraná, razão pela qual apresentamos novo Requerimento.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2010.

Deputado **DR; ROSINHA**